

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

**Outubro de 2019**

Brasília-DF  
Outubro/2019



O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS** é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

#### **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Secretaria Especial de Fazenda

Secretaria de Orçamento Federal (\*)

Secretaria do Tesouro Nacional

Secretaria de Política Econômica

Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

*(\*) Coordenação Técnica*

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

---

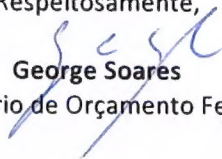
BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: programação orçamentária e financeira de 2019. **Secretaria de Orçamento Federal**. Brasília. Outubro de 2019.

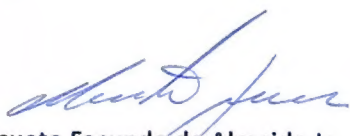


## MENSAGEM AO MINISTRO

1. O art. 9º da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF**, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
2. No entanto, o §5º do art. 59 da **Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 – LDO-2019**, menciona que o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 3º do mesmo artigo ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos de todos os Poderes da União, MPU e DPU.
3. Este documento foi preparado em cumprimento aos §§ 3º, 5º e 10 do art. 59 da LDO-2019, os quais determinam que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e respectivas justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias.
4. Dados, principalmente, a realização do leilão do setor de petróleo da 16ª rodada de Concessões, com receita prevista no valor de R\$ 8.915,9 milhões e a previsão de ingresso de parte dos recursos da cessão onerosa em 2019, no valor de R\$ 52.470,0 milhões, tornar-se-ia possível a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, o MPU e a DPU, no montante de R\$ 59.738,1 milhões, em relação à Avaliação do 4º bimestre.
5. No entanto, no âmbito do Poder Executivo, após a distribuição da ampliação devida aos Demais Poderes, MPU e DPU e às Emendas Impositivas, no valor de R\$ 2.302,1 milhões, calculados proporcionalmente à ampliação supramencionada, recomenda-se, por conservadorismo e prudência, que seja constituída reserva relativa aos valores da cessão onerosa, equivalente a R\$ 52.470,0 milhões, montante esse que abrange os valores destinados à despesa decorrente da revisão do contrato de Cessão Onerosa de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e às possíveis transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios incidentes sobre esse valor, restando R\$ 4.966,0 milhões para distribuição entre os órgãos do Poder Executivo.

Respeitosamente,

  
**George Soares**  
Secretário de Orçamento Federal

  
**Mansueto Facundo de Almeida Jr.**  
Secretário do Tesouro Nacional

  
**Waldery Rodrigues Júnior**  
Secretário Especial de Fazenda



## Índice

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>6</b>
1      SUMÁRIO EXECUTIVO .....	9
2      HISTÓRICO .....	11
3      AVALIAÇÃO DO BIMESTRE .....	12
3.1    Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV) .....	12
3.2    Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso III) .....	15
3.3    Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV) .....	19
3.4    Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso V) .....	20
3.5    Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios .....	20
4      DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA .....	20
4.1    Base de Cálculo para a Distribuição da Variação dos Limites entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, <i>caput</i> , §§ 1º e 12) .....	20
4.2    Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, <i>caput</i> , §§ 1º e 12) .....	21
4.3    Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, Art. 111 do ADCT e LDO-2019, arts. 61 a 70) .....	23
5      EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL .....	26
<b>ANEXO VI - HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES* .....</b>	<b>28</b>
<b>ANEXO X – DEMONSTRATIVO DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM SUBSÍDIOS, SUBVENÇÕES E PROAGRO .....</b>	<b>30</b>



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resultado desta Avaliação .....	10
Tabela 2: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 3: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual .....	14
Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual .....	15
Tabela 5: Variações nas estimativas das Despesas Primárias .....	16
Tabela 6: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo.....	18
Tabela 7: Receita do RGPS.....	19
Tabela 8: Déficit do RGPS .....	19
Tabela 9: Base Contingenciável Total.....	21
Tabela 10: Distribuição da variação dos limites de empenho e movimentação financeira indicada na presente avaliação entre os Poderes, MPU e DPU .....	22
Tabela 11: Emendas Individuais 2019 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho.....	23
Tabela 12: Emendas Individuais 2019 por Poder, MPU e DPU .....	23
Tabela 13: Emendas Individuais de execução obrigatória por Poder, MPU e DPU .....	24
Tabela 14: Evolução dos Limites das Emendas Individuais de execução obrigatória .....	24
Tabela 15: Emendas Individuais no Relatório Extemporâneo de Outubro de 2019.....	25
Tabela 16: Emendas de Bancada de execução obrigatória.....	25
Tabela 17: Limite Emendas de Bancada de execução obrigatória .....	25
Tabela 18: Evolução dos Limites das Emendas de Bancada de execução obrigatória.....	25
Tabela 19: Emendas de Bancada no Relatório Extemporâneo de Outubro de 2019 .....	26
Tabela 20: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016 .....	27






## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	<b>COFINS</b>	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
<b>ANA</b>	Agência Nacional de Águas	<b>CPMF</b>	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
<b>ANAC</b>	Agência Nacional de Aviação Civil		
<b>ANEEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica	<b>CPSS</b>	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público
<b>ANP</b>	Agência Nacional do Petróleo	<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
<b>ANS</b>	Agência Nacional de Saúde	<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>ANVISA</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	<b>DARF</b>	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
<b>ATAERO</b>	Adicional de Tarifa Aeroportuária	<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil	<b>DGN/SPG -MME</b>	Departamento de Gás Natural/Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – Ministério de Minas e Energia
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	<b>DNIT</b>	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
<b>CATI</b>	Comitê da Área de Tecnologia da Informação do MCTI	<b>DPVAT</b>	Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
<b>MCTI</b>		<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>CBTU</b>	Companhia Brasileira de Trens Urbanos	<b>DRU</b>	Desvinculação de Recursos da União
<b>CF</b>	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	<b>EBC</b>	Empresa Brasil de Comunicação
<b>CFURH</b>	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	<b>FACTI</b>	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação
<b>Cide</b>	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	<b>FAT</b>	Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>CNEN</b>	Comissão Nacional de Energia Nuclear	<b>FAZENDA</b>	Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia
<b>CNMP:</b>	Conselho Nacional do Ministério Público	<b>FDA</b>	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
<b>CNPE</b>	Conselho Nacional de Política Energética	<b>FDNE</b>	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		
<b>CODE VASF</b>	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		

<b>FIES</b>	Programa de Financiamento Estudantil	<b>INMETRO</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
<b>FIOCRUZ</b>	Fundação Oswaldo Cruz	<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	<b>IPCA</b>	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	<b>IOF</b>	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro
<b>FNSP</b>	Fundo Nacional de Segurança Pública	<b>IPI</b>	Imposto sobre Produtos Industrializados
<b>FPE</b>	Fundo de Participação dos Estados	<b>IPI-EE</b>	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios	<b>IR</b>	Imposto sobre a Renda
<b>FRGPS</b>	Fundo do Regime Geral da Previdência Social	<b>ITR</b>	Imposto Territorial Rural
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>FUNPEN</b>	Fundo Penitenciário Nacional	<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>FUNSET</b>	Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito	<b>LOAS</b>	Lei Orgânica de Assistência Social
<b>GRU</b>	Guia de Recolhimento da União	<b>LRF</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	<b>MC</b>	Ministério da Cidadania
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	<b>MCTIC</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	<b>MIX IER</b>	Índice Específico de Receita: parâmetro de projeção formado pela composição de 55% do IPCA e 45% do IGP-DI
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>IER</b>	Índice Específico de Receita	<b>MME</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>IGP-DI</b>	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	<b>MPU</b>	Ministério Público da União
<b>IMBEL</b>	Indústria de Material Bélico do Brasil	<b>MPV</b>	Medida Provisória
<b>INB</b>	Indústrias Nucleares do Brasil	<b>PCH</b>	Pequena Central Hidrelétrica
		<b>PERT</b>	Programa Especial de Regularização Tributária
		<b>P&amp;D</b>	Pesquisa e Desenvolvimento
		<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto



<b>PIS/ PASEP</b>	Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	<b>UHE</b>	Usina Hidrelétrica de Energia
		<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>PGFN/ CAF</b>	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros		
<b>PLOA</b>	Projeto de Lei Orçamentária Anual		
<b>PME</b>	Pesquisa Mensal de Emprego		
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios		
<b>PPSA</b>	Pré-Sal Petróleo S.A.		
<b>RFB</b>	Secretaria da Receita Federal do Brasil		
<b>RGPS</b>	Regime Geral de Previdência Social		
<b>RPVs</b>	Requisições de Pequeno Valor		
<b>Selic</b>	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia		
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira		
<b>Simples</b>	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte		
<b>SIOP</b>	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal		
<b>SOF</b>	Secretaria de Orçamento Federal		
<b>SPE</b>	Secretaria de Política Econômica		
<b>SPU</b>	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União		
<b>STJ</b>	Superior Tribunal de Justiça		
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional		
<b>SUFRAMA</b>	Superintendência da Zona Franca de Manaus		
<b>TAR</b>	Tarifa Atualizada de Referência		
<b>TFVS</b>	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária		



## 1 SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Findo o 4º bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF e art. 59 da LDO-2019, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas primárias e a realização das despesas primárias até o mês de agosto de 2019, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.

2. De acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º bimestre, publicado em 20 de setembro de 2019, a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, com dados realizados, em sua maioria, até agosto de 2019, e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente, indicou a possibilidade de elevação de valores no montante de R\$ 12.459,4 milhões nas despesas discricionárias dos Poderes da União, do MPU e da DPU, e foi enviado ao Congresso Nacional mediante a Mensagem Presidencial nº 437, de 20 de setembro de 2019, e implementado, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 10.028, de 26 de setembro de 2019.

3. Em regra, o próximo relatório seria publicado apenas em novembro de 2019. Contudo, dada a ocorrência de arrecadação extraordinária, oriunda da realização do leilão relativo à 16ª rodada de concessões da ANP, no valor de R\$ 8.915,9 milhões, e a iminência da realização do leilão relativo à Cessão Onerosa, com ingresso previsto de R\$ 52.470,0 milhões, e da necessidade de operacionalizar os pagamentos decorrentes desse ingresso, optou-se pela elaboração do presente relatório extemporâneo com base na autorização legal constante do § 5º, art. 59 da LDO-2019.

4. A presente avaliação demonstra um aumento da projeção da receita líquida de transferências por repartição de receita em R\$ 59.906,3 milhões, em relação à projeção contida na Avaliação do 4º Bimestre.

5. As projeções das despesas primárias obrigatórias permanecem iguais ao apresentado no Relatório do 4º bimestre, com exceção do aumento das despesas com Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital), no valor de R\$ 8,2 milhões, e Obrigatórias com Controle de Fluxo, no valor de R\$ 160,0 milhões.

6. Desse modo, a partir da presente atualização das projeções de receitas e despesas primárias, demonstram-se as variações na programação em relação à Avaliação anterior, conforme quadro a seguir:

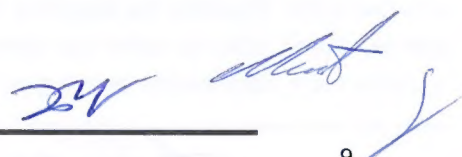




Tabela 1: Resultado desta Avaliação

R\$ milhões

Discriminação	Avaliação 4º Bimestre (a)	Avaliação Extemporânea de Outubro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.547.470,1	1.607.172,6	59.702,6
Receita Administrada pela RFB/ME, exceto RGPS e líquida de incentivos fiscais	947.518,6	945.687,3	(1.831,3)
Arrecadação Líquida para o RGPS	412.927,3	413.075,3	148,0
Receitas Não-Administradas pela RFB/ME	187.024,1	248.410,0	61.385,9
2. Transferências por Repartição de Receita	276.630,2	276.426,4	(203,7)
<b>3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)</b>	<b>1.270.839,9</b>	<b>1.330.746,2</b>	<b>59.906,3</b>
4. Despesas Primárias	1.409.839,9	1.410.008,1	168,2
Obrigatória	1.302.085,8	1.302.254,0	168,2
Discricionárias do Poder Executivo	107.754,1	107.754,1	0,0
<b>5. Resultado Primário (3) - (4)</b>	<b>(139.000,0)</b>	<b>(79.261,9)</b>	<b>59.738,1</b>
<b>6. Meta de Resultado Primário OFS (Art. 2º, caput, LDO-2019)</b>	<b>(139.000,0)</b>	<b>(139.000,0)</b>	<b>0,0</b>
<b>7. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6)</b>	<b>0,0</b>	<b>59.738,1</b>	<b>59.738,1</b>

Fonte/Elaboração: SOF/Fazenda/ME.

7. Considerando principalmente o referido ingresso de recursos, tornar-se-ia possível a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, o MPU e a DPU, no montante de R\$ 59.738,1 milhões, em relação à Avaliação do 4º bimestre.

8. As estatísticas fiscais apuradas até agosto de 2019, em sua maioria, as projeções de receitas e despesas primárias para o corrente ano, presentes neste Relatório, indicam a possibilidade de ampliação de R\$ 59.738,1 milhões nas despesas discricionárias dos Poderes da União, MPU e DPU.

9. No entanto, no âmbito do Poder Executivo, após a distribuição da ampliação devida aos Demais Poderes, MPU e DPU e às Emendas Impositivas, no valor de R\$ 2.302,1 milhões, calculados proporcionalmente à ampliação supramencionada, limitada ao teto de gastos, no caso dos Demais Poderes, e, nos valores de LOA para as referidas Emendas, recomenda-se, por conservadorismo e prudência, que seja constituída reserva relativa aos valores da cessão onerosa, no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, restando, para a distribuição entre os órgãos do Poder Executivo, o valor de R\$ 4.966,0 milhões, caso tal sugestão de constituição de reserva seja acatada.

10. A reserva sugerida seria equivalente a R\$ 52.470,0 milhões, cuja destinação engloba valores referentes à despesa decorrente da revisão do contrato de Cessão Onerosa, de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; às possíveis transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios incidentes sobre esse valor; e ao valor de livre utilização pelo Governo Federal.

11. A recomendação para a constituição da mencionada reserva, justifica-se pelo fato do leilão relativo à Cessão Onerosa estar previsto apenas para 6 de novembro de 2019, e, pelo fato de ainda não haver definição legal para regra de distribuição das receitas oriundas do leilão em questão, líquidos da despesa decorrente da revisão do contrato da Cessão Onerosa. Desse modo, como não se sabe ao certo qual o montante de receita ingressará, nesse caso, e nem quanto será distribuído aos entes subnacionais, a fim de se garantir o cumprimento da meta de

resultado primário, sugere-se aguardar a realização do leilão e a definição legal da regra de transferência em tela, para que os valores reservados sejam liberados.

## 2 HISTÓRICO

12. Para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi editado o Decreto nº 9.711<sup>1</sup>, de 15 de fevereiro de 2019, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira do Governo Central para o exercício de 2019.

13. Encerrado o primeiro bimestre, procedeu-se à reavaliação de receitas e despesas primárias, conforme determinação do art. 9º da LRF e do art. 59 da LDO-2019. Tal reavaliação está retratada no relatório encaminhado, ao Congresso Nacional, por meio Mensagem Presidencial nº 95, de 21 de março de 2019. Nesse relatório, foi evidenciada necessidade de limitação de R\$ 29.782,5 milhões, operacionalizada, no Poder Executivo, por meio do Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019<sup>2</sup>.

14. Findo o 2º bimestre, analogamente ao ocorrido no 1º bimestre, foram revisadas as projeções das receitas e despesas primárias com base em dados realizados até o mês de abril e parâmetros macroeconômicos atualizados, apontando-se a necessidade de limitação de empenho e de movimentação financeira em R\$ 2.181,1 milhões. As atualizações indicadas nesse relatório foram operacionalizadas pelo Decreto nº 9.809, de 30 de maio de 2019<sup>3</sup>.

15. A revisão de receitas e despesas primárias realizadas ao término do 3º bimestre sinalizaram a necessidade de limitação das despesas discricionárias em R\$ 2.267,0 milhões para não comprometer a meta de resultado primário da LDO 2019. O Decreto nº 9.943, de 30 de julho de 2019<sup>4</sup> estabeleceu a programação orçamentária e financeira com base nas estimativas da Avaliação mencionada.

16. Ao fim do quarto bimestre, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, com dados realizados, em sua maioria, até agosto de 2019, e parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente, que indicou a possibilidade de elevação de valores no montante de R\$ 12.459,4 milhões nas despesas discricionárias dos Poderes da União, do MPU e da DPU, enviado ao Congresso Nacional mediante a Mensagem Presidencial nº 437, de 20 de setembro de 2019, e implementado, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 10.028, de 26 de setembro de 2019<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9711.htm)

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm)

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9809.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9809.htm)

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9943.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9943.htm)

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10028.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10028.htm)



LOA 2019	Receita Líquida R\$ 1.299,7 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.169,8 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 268,9 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↓ -2,0%	↑ 0,02%	↓ -9,82%	
Aval. 1º bim.	Receita Líquida R\$ 1.273,5 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.170,0 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 242,5 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↓ -0,2%	↓ -0,15%	↓ -0,66%	
Aval. 2º bim.	Receita Líquida R\$ 1.270,3 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.168,2 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 240,9 bilhões	Resultado primário - R\$ 138,8 bilhões
	↓ -0,5%	↓ -0,30%	↓ -0,94%	
Aval. 3º bim.	Receita Líquida R\$ 1.264,4 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.164,8 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 238,6 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↑ 0,5%	↓ -0,58%	↑ 0,32%	
Aval. 4º bim.	Receita Líquida R\$ 1.270,8 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.158,0 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 251,7 bilhões	Resultado primário - R\$ 139,0 bilhões
	↑ 4,7%	↑ 0,00%	↑ 0,06%	
Aval. Extemporânea Outubro	Receita Líquida R\$ 1.330,7 bilhões	Despesas Obrigatórias R\$ 1.158,0 bilhões	Despesas Controle de Fluxo e Discricionárias R\$ 251,918 bilhões	Resultado primário - R\$ 79,2 bilhões

### 3 AVALIAÇÃO DO BIMESTRE

17. Dado o exíguo prazo entre a publicação deste Relatório e do Relatório de Avaliação do 4º bimestre, de 24 dias corridos, ficam mantidas as projeções das Receitas não-administradas pela RFB por estarem pulverizadas nos diversos órgãos do Poder Executivo e requererem um maior tempo de análise. Do lado das despesas primárias, os valores do 4º bimestre também estão mantidos, com exceção da despesa com Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) e Obrigatórias com Controle de Fluxo. Também ficam mantidos os parâmetros macroeconômicos, constantes do referido Relatório, assim como as seções de: Resultados das Empresas Estatais, Resultado de Estados, Distrito Federal e Municípios e Cumprimento da Regra de Ouro.

18. Os anexos, com exceção do Anexo VI – Histórico das Avaliações e Anexo X - Subsídios, permanecem os mesmos do 4º bimestre.

#### 3.1 Análise das Estimativas das Receitas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV)

19. Ficam mantidas as projeções de receitas primárias constantes do Relatório de Avaliação do 4º bimestre, divulgado no dia 20 de setembro de 2019, com exceção das receitas a serem detalhadas.

20. O comparativo geral das projeções de cada item de receita e de transferência em relação à avaliação anterior, se encontra a seguir:

**Tabela 2: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central**

R\$ milhões

Discriminação	Avaliação 4º Bimestre (a)	Avaliação Extemporânea de Outubro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.547.470,1</b>	<b>1.607.172,6</b>	<b>59.702,6</b>
Receita Administrada pela RFB/ME (exceto RGPS)	947.518,6	945.687,3	(1.831,3)
Imposto de Importação	42.913,6	42.946,3	32,7
IPI	53.250,2	53.630,8	380,6
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	394.916,8	393.907,3	(1.009,5)
IOF	39.591,5	39.965,5	374,1
COFINS	241.562,1	240.631,8	(930,3)
PIS/PASEP	66.281,2	65.939,1	(342,1)
CSLL	82.486,5	81.833,3	(653,2)
CIDE - Combustíveis	2.861,1	2.851,4	(9,8)
Outras Administradas pela RFB	23.655,6	23.981,8	326,2
<b>Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>412.927,3</b>	<b>413.075,3</b>	<b>148,0</b>
Receitas Não-Administradas pela RFB	187.024,1	248.410,0	61.385,9
Concessões e Permissões	8.715,9	70.101,8	61.385,9
Complemento para o FGTS	5.297,8	5.297,8	0,0
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	14.072,1	14.072,1	0,0
Contribuição do Salário-Educação	21.741,9	21.741,9	0,0
Exploração de Recursos Naturais	65.236,4	65.236,4	0,0
Dividendos e Participações	16.052,1	16.052,1	0,0
Operações com Ativos	1.137,0	1.137,0	0,0
Receita Própria e de Convênios	15.388,6	15.388,6	0,0
Demais Receitas	39.382,3	39.382,3	0,0
<b>II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>276.630,2</b>	<b>276.426,4</b>	<b>(203,7)</b>
CIDE - Combustíveis	815,2	820,8	5,6
Exploração de Recursos Naturais	40.199,0	40.199,0	0,0
Contribuição do Salário-Educação	13.045,1	13.045,1	0,0
FPE/FPM/IPI-EE	211.327,3	211.076,1	(251,2)
Fundos Constitucionais	9.495,9	9.484,9	(11,0)
Repasse Total	13.638,4	13.619,5	(18,9)
Superávit Fundos	(4.142,5)	(4.134,6)	7,9
Demais	1.747,7	1.800,5	52,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>1.270.839,9</b>	<b>1.330.746,2</b>	<b>59.906,3</b>

Fontes: RFB/ME; SOF/Fazenda/ME; STN/Fazenda/ME.

Elaboração: SOF/Fazenda/ME.

### 3.1.1 Receitas Administradas pela RFB/ME

21. Em relação ao Decreto nº 10.028/2019, a presente revisão extemporânea da projeção de receitas incluiu, unicamente, a realização da arrecadação do período de janeiro a setembro de 2019 conforme a tabela abaixo.

**Tabela 3: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual**

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	DEC. Nº 10.028/19 (PAR. 06/09/19) [A]	VARIAÇÃO POR REALIZAÇÃO	PROJEÇÃO ATUAL
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	42.914	33	42.946
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	53.250	381	53.631
IMPOSTO SOBRE A RENDA	394.966	(1.010)	393.956
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	39.591	374	39.966
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.688	55	1.744
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	241.562	(930)	240.632
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	66.281	(342)	65.939
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	82.487	(653)	81.833
CIDE - COMBUSTÍVEIS	2.861	(10)	2.851
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	21.967	271	22.238
<b>SUBTOTAL [A]</b>	<b>947.568</b>	<b>(1.832)</b>	<b>945.736</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA [B]</b>	<b>402.522</b>	<b>148</b>	<b>402.670</b>

22. Em resumo, as principais justificativas para as alterações ocorridas nas estimativas, são as seguintes:

23. **Imposto sobre a Importação (+ R\$ 32,7 milhões):** o imposto encontra-se em linha com as estimativas, tendo apresentado, ligeiro acréscimo, no mês de setembro.

24. **IPI (+ R\$ 380,6 milhões):** a estimativa de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados foi revista, para cima, em razão de realização da arrecadação, a maior, especialmente, de fumo e bebidas.

25. **Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais (- R\$ 1.009,5 milhões):** a redução da estimativa do ano decorre de desempenho abaixo do previsto, do Imposto de Renda Retido na Fonte, especialmente em relação aos itens referentes às remessas ao exterior e trabalho.

26. **COFINS/PIS-PASEP (- R\$ 1.272,4 milhões):** a projeção da arrecadação do PIS/Cofins refletiu a realização de restituições em valores acima do previsto.

27. **CSLL (- R\$ 653,2 milhões):** a revisão, para baixo, reflete, principalmente, o aumento do uso de créditos de CSLL para compensação de outros tributos.

28. **Outras Receitas Administradas (+ R\$ 326,2 milhões):** a reestimativa, para cima, refletiu, principalmente, o crescimento da arrecadação de loterias.

29. **Receita Previdenciária (+ R\$ 148,0 milhões):** a receita previdenciária encontra-se em linha com as estimativas, tendo apresentado ligeiro acréscimo.



### 3.1.2 Receitas Não-Administradas pela RFB/ME

Tabela 4: Projeção Inicial, Fatores de Variação de Receitas e Projeção Final – Anual

R\$ milhões				
Discriminação	Avaliação 4º Bimestre	Variação por Parâmetros Econômicos	Variação por outros Parâmetros	Projeção Atual
Receitas Não-Administradas pela RFB/ME	187.024,1	0,0	61.385,9	248.410,0
Concessões e Permissões	8.715,9	0,0	61.385,9	70.101,8
Complemento para o FGTS	5.297,8	0,0	0,0	5.297,8
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	14.072,1	0,0	0,0	14.072,1
Contribuição do Salário-Educação	21.741,9	0,0	0,0	21.741,9
Exploração de Recursos Naturais	65.236,4	0,0	0,0	65.236,4
Dividendos e Participações	16.052,1	0,0	0,0	16.052,1
Operações com Ativos	1.137,0	0,0	0,0	1.137,0
Receita Própria e de Convênios	15.388,6	0,0	0,0	15.388,6
Demais Receitas	39.382,3	0,0	0,0	39.382,3

Fonte/Elaboração: STN/FAZENDA/ME e SOF/FAZENDA/ME.

30. **Concessões e Permissões (+ R\$ 61.385,9 milhões):** variação em função da receita prevista do leilão do setor de petróleo da 16ª rodada de Concessões, no valor de R\$ 8.915,9 milhões e a previsão de ingresso de parte dos recursos da cessão onerosa em 2019, no valor de R\$ 52.470,0 milhões.

### 3.1.3 Transferências por Repartição de Receita

31. Nesse item, a variação observada em relação à Avaliação do 4º bimestre reflete a alteração observada na projeção das Receitas Administradas pela RFB/ME.

## 3.2 Análise das Estimativas das Despesas Primárias (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso III)

32. As variações observadas nas estimativas das despesas primárias e as explicações de suas variações encontram-se a seguir:

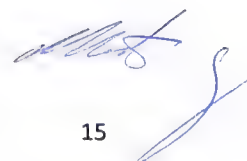


Tabela 5: Variações nas estimativas das Despesas Primárias

R\$ milhões

Descrição	Avaliação 4º Bimestre (a)	Avaliação Extemporânea de Outubro (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Benefícios Previdenciários	630.959,8	630.959,8	0,0
Pessoal e Encargos Sociais	318.801,2	318.801,2	0,0
Abono e Seguro Desemprego	56.831,4	56.831,4	0,0
Anistiados	275,2	275,2	0,0
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	899,8	899,8	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	59.888,3	59.888,3	0,0
Complemento para o FGTS	5.297,8	5.297,8	0,0
Créditos Extraordinários	4.824,1	4.824,1	0,0
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	10.405,0	10.405,0	0,0
Fabricação de Cédulas e Moedas	950,8	950,8	0,0
Fundef/Fundeb - Complementação	14.921,7	14.921,7	0,0
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.726,9	1.726,9	0,0
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13.425,3	13.425,3	0,0
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	16.063,3	16.071,5	8,2
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.185,9	18.185,9	0,0
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	286,0	286,0	0,0
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	929,7	929,7	0,0
Impacto Primário do FIES	3.409,7	3.409,7	0,0
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	251.758,0	251.918,0	160,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	144.004,0	144.164,0	160,0
Discrecionárias	107.754,1	107.754,1	0,0
<b>Total</b>	<b>1.409.839,9</b>	<b>1.410.008,1</b>	<b>168,2</b>

Fontes: SOF/FAZENDA/ME; STN/FAZENDA/ME.

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

33. **Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (+ R\$ 8,2 milhões):** a elevação observada neste item de projeção se justifica pela decisão monocrática proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do Mandado de Segurança nº 36.375, determinando o depósito judicial referente à segunda parcela da linha de crédito especial a ser disponibilizada ao Estado do Maranhão para o pagamento dos precatórios sob a responsabilidade daquele ente federativo que se encontram pendentes de adimplemento, nos termos da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017.

34. **Subsídios, Subvenções e PROAGRO ( R\$ 0,0 milhões):** não houve variação nesse item de despesa. No entanto, devido à necessidade de um crédito adicional para atender a Medida Provisória nº 897/2019 será realizado um remanejamento entre as despesas que compõem o item conforme demonstração constante no Anexo X do presente Relatório.

35. **Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo (+ R\$ 160,0 milhões):**

**Saúde (+ R\$ 0,0 milhões):** remanejamento dos valores constantes das seguintes ações: "20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para

a Vigilância em Saúde” e “219A - Piso de Atenção Básica em Saúde”, conforme Nota Técnica nº 19/2019-SPO/SE/MS, de 10 de outubro de 2019

**Antecipação de pagamento de honorários periciais em ações que tramitem nos Juizados Especiais Federais nas quais o INSS seja parte (+ R\$ 230,0 milhões):** a Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019 estipula que o pagamento dos honorários periciais já realizados e que não tenham sido pagos será garantido pelo Poder Executivo. O §3º desse artigo também estipula que a partir de 2020 e no prazo de até 2 (dois) anos após a data de publicação da Lei, o Poder Executivo federal garantirá o pagamento dos honorários periciais referentes a 1 (uma) perícia médica por processo judicial. Além dessa garantia, a obrigatoriedade dessa despesa decorre da leitura do comando constitucional dado pelo art. 5º, inciso LXXIV, cuja redação estipula que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Tal comando é replicado na LDO-2019, no item 51, da Seção I.

**Benefícios ao Servidor (- R\$ 70,0 milhões):** redução na projeção das despesas com benefícios obrigatórios aos servidores civis e seus dependentes decorrente da incorporação dos dados de execução até setembro.

---








Tabela 6: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo

R\$ milhões

Ação	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação Extemporânea de Outubro (b)	Diferença (b) - (a)
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	49.647,7	49.647,7	0,0
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	32.068,9	32.068,9	0,0
Promoção da Atenção Básica em Saúde	18.331,0	18.125,0	-206,0
Benefícios ao Servidor	14.290,1	14.220,1	-70,0
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.848,2	8.778,2	-70,0
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	5.441,9	5.441,9	0,0
Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	5.723,0	5.723,0	0,0
Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	5.527,3	5.527,3	0,0
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	4.154,7	4.154,7	0,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2.366,0	2.572,0	206,0
Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.810,0	1.810,0	0,0
Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	1.889,2	1.889,2	0,0
Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1.636,6	1.636,6	0,0
Pagamento de indenização às concessionárias de energia elétrica pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados (Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013)	0,0	0,0	0,0
Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	1.843,6	1.843,6	0,0
Ressarcimento de Recursos Pagos pelas Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009)	0,0	0,0	0,0
Movimentação de Militares	1.003,4	1.003,4	0,0
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	720,0	720,0	0,0
Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	468,0	468,0	0,0
Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	550,8	550,8	0,0
Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico	333,0	333,0	0,0
Manutenção e Suprimento de Fardamento	292,4	292,4	0,0
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	275,0	275,0	0,0
Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)	125,0	125,0	0,0
Transferências à CBC e à FENACLUBES	0,0	0,0	0,0
Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	28,0	28,0	0,0
Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	5,0	5,0	0,0
Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação	5,0	5,0	0,0
FUNPEN	910,3	910,3	0,0
Antecipação de pagamento de honorários periciais em ações que tramitem nos Juizados Especiais Federais nas quais o INSS seja parte	0,0	230,0	230,0
<b>TOTAL</b>	<b>144.004,</b>	<b>144.164,</b>	<b>160,0</b>

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

### 3.3 Estimativa do Resultado do RGPS (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Incisos I e IV)

36. A previsão de arrecadação líquida do RGPS foi majorada em R\$ 148,0 milhões em relação à Avaliação anterior devido à inclusão de dados realizados até setembro de 2019.

37. Em relação às estimativas de receita, apresenta-se seu detalhamento a seguir:

Tabela 7: Receita do RGPS

R\$ milhões						
Mês	Arrecadação	SIMPLES	REFIS	Transferência	Ressarcimento Desonerações RGPS	Arrecadação Líquida
jan/19	30.946	4.132	13	-3.780	1.007	32.318
fev/19	30.146	3.371	12	-2.445	571	31.655
mar/19	29.476	3.324	9	-2.299	680	31.191
abr/19	30.536	3.402	11	-2.237	2.350	34.063
mai/19	30.611	3.633	10	-2.318	766	32.702
jun/19	30.422	3.592	11	-2.009	742	32.758
jul/19	29.921	3.581	11	-2.025	695	32.182
ago/19	30.461	3.776	14	-1.960	693	32.983
set/19	30.179	3.802	10	-2.100	686	32.577
out/19	31.091	3.640	14	-2.003	865	33.607
nov/19	31.386	3.887	10	-2.473	652	33.462
dez/19	48.813	6.569	10	-2.512	698	53.578
<b>TOTAL</b>	<b>383.988</b>	<b>46.709</b>	<b>135</b>	<b>-28.161</b>	<b>10.405</b>	<b>413.075</b>

Fonte: RFB/ME.

Elaboração: STN/FAZENDA/ME.

38. Com respeito à estimativa da despesa do RGPS, manteve-se a estimativa do relatório anterior.

39. Desse modo, dada a variação observada na estimativa de arrecadação líquida para o RGPS, houve uma redução na projeção do déficit desse Regime em igual montante, conforme abaixo:

Tabela 8: Déficit do RGPS

R\$ milhões			
Discriminação	Avaliação 4º Bimestre (a)	Avaliação Extemporânea de Outubro (b)	Diferença (c = b - a)
Arrecadação Líquida para o RGPS	412.927,3	413.075,3	148,0
Benefícios Previdenciários	630.959,8	630.959,8	0,0
<b>Déficit</b>	<b>218.032,5</b>	<b>217.884,5</b>	<b>(148,0)</b>

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

### **3.4 Memória de Cálculo do Resultado Primário das Empresas Estatais Federais (LDO-2019, Art. 59, § 3º, Inciso V)**

40. Como já ressaltado em seção anterior deste Relatório, fica mantida a projeção do resultado das estatais federais apresentada na última avaliação.

### **3.5 Resultado Primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios**

41. Fica mantida a projeção do resultado primário dos Estados, Distrito Federal e Municípios apresentada na última avaliação.

## **4 DISTRIBUIÇÃO DA VARIAÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

### **4.1 Base de Cálculo para a Distribuição da Variação dos Limites entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, *caput*, §§ 1º e 12)**

42. O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO vigente.

43. A LDO-2019, por sua vez, determina, em seu art. 59, que a limitação ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder no agregado definido no § 1º do mesmo artigo, também conhecido como “Base Contingenciável”.

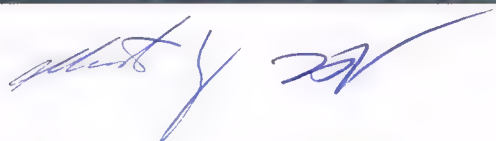
44. O §12, do referido art. 59, dispõe que as despesas custeadas com receitas próprias, de convênios e de doações obtidas pelas instituições federais de ensino não serão consideradas para fins de apuração do montante a que se refere o §1º do mesmo artigo.

45. É importante destacar que o valor a que se chega ao se calcular tal agregado, a cada avaliação, não tem significado algum nele mesmo. O que realmente importa nesse agregado é a participação proporcional do Poder Executivo e dos órgãos orçamentários dos Demais Poderes, DPU e MPU nesse montante, uma vez que é essa a proporção com que as variações dos limites de empenho e movimentação financeira de cada avaliação são distribuídas entre eles.

46. O agregado em questão corresponde ao conjunto das despesas discricionárias de todos os Poderes, MPU e DPU, constantes da LOA-2019, de acordo com o § 4º, art. 6º da LDO-2019, exclusive as atividades<sup>6</sup> dos Poderes, MPU e DPU nos valores de LOA-2019 e as despesas

---

<sup>6</sup> Conforme pág. 28, do Manual Técnico de Orçamento 2019, MTO-2019, as Atividades são o “Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um *programa*, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.” Na programação orçamentária as atividades correspondem às ações orçamentárias iniciadas com dígitos pares, exceto zero. O MTO-2019 encontra-se disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2019:mto2019-versao5.pdf>





custeadas com receitas próprias, de convênios e de doações obtidas pelas instituições federais de ensino.

47. Por fim, demonstra-se o cálculo atualizado da chamada “Base Contingenciável”, abaixo:

**Tabela 9: Base Contingenciável Total**

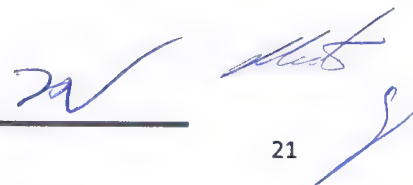
R\$ 1,00	
DESCRIÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.262.199.303.823
B. Total de Despesas Financeiras	1.560.034.841.700
C. Total de Despesas Obrigatórias	1.564.482.018.985
D. Total de Despesas Primárias Discricionárias (A - B - C) <sup>(1)</sup>	137.682.443.138
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU e da DPU - Posição LOA 2019	7.436.922.862
F. Despesas custeadas com Fontes Próprias no MEC (§12, art. 59, LDO-2019)	1.036.858.280
<b>G. Base Contingenciável (D - E - F)</b>	<b>129.208.661.996</b>

Fonte/Elaboração: SOF/ME.

(1) Esse montante equivale ao somatório das despesas marcadas com RPs 2, 3, 6 e 7 na LOA, ajustados conforme os conceitos constantes do § 4º, do art. 6º, da LDO-2019.

## 4.2 Distribuição da Variação dos Limites de Empenho e Movimentação Financeira entre os Poderes, MPU e DPU (LDO-2019, Art. 59, *caput*, §§ 1º e 12)

48. Conforme demonstrado neste Relatório, a inclusão das receitas relativas ao leilão do setor de petróleo da 16ª rodada de Concessões, no valor de R\$ 8.915,9 milhões, e à previsão de ingresso de parte dos recursos da cessão onerosa em 2019, no valor de R\$ 52.470,0 milhões, além de alterações pontuais nas despesas primárias obrigatórias, indicou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de movimentação financeira, em R\$ 59.738,1 milhões. De acordo com os §§ 1º e 12 do art. 59 da LDO-2019, tal variação distribui-se entre os Poderes, MPU e DPU da seguinte forma:



**Tabela 10: Distribuição da variação dos limites de empenho e movimentação financeira indicada na presente avaliação entre os Poderes, MPU e DPU** R\$ 1,00


Poderes, MPU e DPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	128.342.333.117	99,33	59.337.573.605
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	866.328.879	0,67	400.537.004
Câmara dos Deputados	21.389.628	0,02	9.889.244
Senado Federal	1.284.806	0,00	594.015
Tribunal de Contas da União	95.900	0,00	44.338
Supremo Tribunal Federal	526.000	0,00	243.190
Superior Tribunal de Justiça	22.200.000	0,02	10.263.910
Justiça Federal	111.274.999	0,09	51.446.692
Justiça Militar da União	2.591.850	0,00	1.198.311
Justiça Eleitoral	136.420.645	0,11	63.072.486
Justiça do Trabalho	500.202.357	0,39	231.262.698
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	7.587.000	0,01	3.507.761
Conselho Nacional de Justiça	29.555.694	0,02	13.664.729
Defensoria Pública da União	0	0,00	-
Ministério Público da União	33.200.000	0,03	15.349.631
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0,00	-
<b>Total</b>	<b>129.208.661.996</b>	<b>100,0</b>	<b>59.738.110.609</b>

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

49. Contudo, em função dos limites estabelecidos pela EC 95/2016, não existe espaço para abertura de créditos adicionais para os Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, uma vez que o PLOA-2019 foi elaborado com a compensação prevista nos §§ 7º e 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, situação mantida na LOA. O espaço fiscal adicional decorrente do crescimento da projeção da receita poderá ser utilizado para aumento do resultado primário projetado frente à meta da LDO ou como fonte de recursos para despesas fora do teto dos gastos como, por exemplo, capitalização de empresas estatais.

50. Desse modo, novas despesas orçamentárias, no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, independentemente do crescimento da arrecadação, só poderão ser incorporadas no orçamento deste ano por meio do cancelamento de outras despesas já aprovadas na LOA 2019.

51. O NRF e os limites para expansão da despesa primária, portanto, já estão exercendo uma pressão para o controle do crescimento do gasto público. Um ponto importante para o ajuste fiscal baseado, preponderantemente, no lado da despesa, o que se buscou com a aprovação do Novo Regime Fiscal por meio da EC 95/2016.



#### 4.3 Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada (CF, Art. 166, §§ 9º, 11 e 17, Art. 111 do ADCT e LDO-2019, arts. 61 a 70)

52. Conforme o art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, as Emendas Individuais – EI corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2018 corrigido pelo IPCA, nos moldes do inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, sendo a metade desse percentual destinada a “Ações e Serviços Públicos de Saúde” – ASPS.

53. O montante de execução obrigatória para o exercício de 2018 foi R\$ 8.774,7 milhões, que corrigido pelo IPCA de 4,39%, totaliza R\$ 9.159,9 milhões.

Tabela 11: Emendas Individuais 2019 – LOA x Execução Obrigatória antes das limitações de empenho

R\$ 1,00

Poderes	Emendas Impositivas 2018 (A)	Execução Obrigatória 2019 (B) = (A) x (1+ 4,39%)	LOA 2019 (C)
TOTAL	8.774.729.541	9.159.940.168	9.143.790.120

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

54. Considerando esses dados, os valores das EI aprovados na LOA-2019 comparados aos valores de execução obrigatória dessas emendas, abertos por Poder, MPU e DPU, estão abaixo demonstrados:

Tabela 12: Emendas Individuais 2019 por Poder, MPU e DPU

R\$ 1,00

Poderes	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)
Legislativo	0	0
Judiciário	0	0
MPU	50.000	50.088
DPU	0	
Executivo	9.143.740.120	9.159.890.080
TOTAL	9.143.790.120	9.159.940.168

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

55. Conforme o § 17 do art. 166 da Constituição Federal, se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas relativas às alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, inciso II, § 4º, art. 6º da LDO-2019, que são aquelas marcadas com os



identificadores de resultado primário (RP) 2, 3, 6 e 7, tanto no PLOA, como na LOA-2019. A efetivação dessa limitação se dará por meio da publicação dos atos próprios dos Poderes, MPU e DPU previstos no *caput* do art. 9º da LRF. Procedimentos análogos são realizados no caso de ampliação.

56. Tendo em vista o resultado da presente avaliação, que não indica contingenciamento, as emendas individuais estão liberadas para execução no mesmo montante aprovado na LOA 2019.

57. Por Poder, MPU e DPU, tem-se a seguinte demonstração das EI disponíveis:

Tabela 13: Emendas Individuais de execução obrigatória por Poder, MPU e DPU

R\$ 1,00

Poderes	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)	Variação das EI de Execução Obrigatória (C)	(D)=(B)+(C)
Legislativo	0	0	0	0
Judiciário	0	0	0	0
MPU	50.000	50.088	13.814	63.903
DPU	0	0	0	0
Executivo	9.143.740.120	9.159.890.080	2.526.297.684	11.686.187.763
<b>TOTAL</b>	<b>9.143.790.120</b>	<b>9.159.940.168</b>	<b>2.526.311.498</b>	<b>11.686.251.666</b>

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Tabela 14: Evolução dos Limites das Emendas Individuais de execução obrigatória

R\$ 1,00

Poderes	Avaliação do 1º Bimestre (A)	Avaliação do 2º Bimestre (B)	Avaliação do 3º Bimestre (C)	Avaliação do 4º Bimestre (D)	Avaliação Extemporânea de Outubro (E)
Legislativo	0	0	0	0	0
Judiciário	0	0	0	0	0
MPU	39.254	38.458	37.636	42.169	63.903
DPU	0	0	0	0	0
Executivo	7.178.605.855	7.032.963.603	6.882.741.406	7.711.711.458	11.686.187.763
<b>TOTAL</b>	<b>7.178.645.110</b>	<b>7.033.002.061</b>	<b>6.882.779.042</b>	<b>7.711.753.627</b>	<b>11.686.251.666</b>

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

58. No entanto, conforme mencionado no item 56 deste Relatório, os valores das Emendas Individuais estão limitados ao valor da LOA 2019, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 15: Emendas Individuais no Relatório Extemporâneo de Outubro de 2019

R\$ 1,00

Poderes	Avaliação Extemporânea de Outubro
Legislativo	0
Judiciário	0
MPU	50.000
DPU	0
Executivo	9.143.740.120
<b>TOTAL</b>	<b>9.143.790.120</b>

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

59. A LDO-2019 traz também, em seu art. 68, a obrigatoriedade de execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual, aprovadas na LOA 2019, em valor igual ao montante de execução obrigatórias dessas emendas em 2018, corrigido de acordo com o inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, analogamente às EI, conforme tabela abaixo:

Tabela 16: Emendas de Bancada de execução obrigatória

R\$ 1,00

Poderes	Emendas de Bancada Impositivas 2018	Execução Obrigatória 2019	LOA-2019
	(A)	(B) = (A) * (1+4,39%)	(C)
Executivo	4.387.364.770	4.579.970.083	4.579.969.644

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

60. As Emendas de Bancada também se sujeitam à mesma regra das EI, ou seja, estão liberadas para execução no mesmo montante aprovado na LOA 2019.

Tabela 17: Limite Emendas de Bancada de execução obrigatória

R\$ 1,00

Poderes	Emendas de Bancada Impositivas 2018	Execução Obrigatória 2019	LOA-2019	Variação das Emendas de Bancada	Limite
	(A)	(B) = (A) * (1+4,39%)	(C)	(D)	(E)=(B)+(D)
Executivo	4.387.364.770	4.579.970.083	4.579.969.644	1.263.155.749	5.843.125.832

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Tabela 18: Evolução dos Limites das Emendas de Bancada de execução obrigatória

R\$ 1,00

Avaliação do 1º Bimestre (A)	Avaliação do 2º Bimestre (B)	Avaliação do 3º Bimestre (C)	Avaliação do 4º Bimestre (D)	Avaliação Extemporânea de Outubro (E)
3.589.322.554	3.516.501.030	3.441.389.521	3.855.876.813	5.843.125.832

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

61. No entanto, conforme mencionado no parágrafo anterior, os valores das Emendas de Bancada estão limitados ao valor da LOA 2019, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 19: Emendas de Bancada no Relatório Extemporâneo de Outubro de 2019

R\$ 1,00	
Poder	Avaliação Extemporânea de Outubro
Executivo	4.579.969.644

Fonte/Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

## 5 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 – NOVO REGIME FISCAL

### Demonstração da compatibilidade do resultado desta avaliação com o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal - NRF

62. A LOA 2019 foi aprovada respeitando o limite estabelecido no Novo Regime Fiscal de R\$ 1.407.052,6 milhões. Contudo, tendo em vista as reestimativas apresentadas no presente Relatório, em relação a determinadas despesas primárias obrigatórias que estão submetidas ao citado limite, o Poder Executivo oportunamente tomará as providências necessárias para adequação orçamentária de tal forma que as dotações autorizadas permaneçam compatíveis com o Novo Regime Fiscal, caso necessário, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 107 do ADCT:

*“§ 4º As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.*

*§ 5º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo. ”*

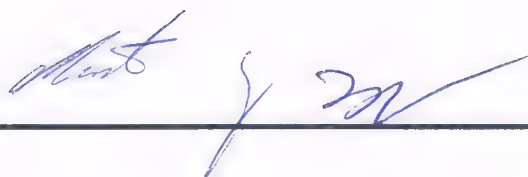




Tabela 20: Despesas Primárias do Governo Central incluídas na base de cálculo da EC 95/2016

R\$ milhões

Discriminação	PLOA 2019	LOA 2019	Avaliação do 1º Bimestre	Avaliação do 2º Bimestre	Avaliação do 3º Bimestre	Avaliação do 4º Bimestre	Avaliação Extemporânea de 2019
<b>I. TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS (inclusive Transf. Por Repartição de Receita)</b>	<b>1.713.860,9</b>	<b>1.713.850,9</b>	<b>1.684.120,6</b>	<b>1.684.612,9</b>	<b>1.679.535,8</b>	<b>1.686.470,1</b>	<b>1.686.434,5</b>
<b>II. DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES (art. 107, § 6º, da EC 95/2016)</b>	<b>306.808,3</b>	<b>306.860,2</b>	<b>308.545,8</b>	<b>313.076,8</b>	<b>311.697,2</b>	<b>301.843,0</b>	<b>301.650,3</b>
Transf. Por Repartição de Receita	266.929,9	266.929,9	262.324,5	266.765,5	267.243,0	267.017,0	266.824,2
FCDF	14.122,7	14.122,7	14.100,1	14.116,1	14.116,9	14.117,7	14.117,7
Pleitos Eleitorais	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9	343,9
Complementação ao FUNDEB	15.248,8	15.248,8	15.037,0	14.921,7	14.921,7	14.921,7	14.921,7
Aumento de Capital em Estatais	10.163,0	10.214,8	10.214,8	10.214,8	10.214,8	618,6	618,6
Créditos Extraordinários	0,0	0,0	6.525,5	6.714,7	4.856,8	4.824,1	4.824,1
Realização Concursos MPU (Acórdãos TCU nºs 1.618 e 1.870/2018-Plenário)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>III. DESPESAS PRIMÁRIAS SUJEITAS A LIMITES [ I - II ]</b>	<b>1.407.052,6</b>	<b>1.406.990,8</b>	<b>1.375.574,8</b>	<b>1.371.536,2</b>	<b>1.367.838,5</b>	<b>1.384.627,0</b>	<b>1.384.784,3</b>
Despesas Primárias	1.393.341,1	1.393.279,2	1.360.106,6	1.356.468,7	1.353.534,6	1.368.671,4	1.368.839,6
Pessoal	313.351,6	312.429,1	313.644,8	312.480,7	312.069,1	306.390,2	306.390,2
Orçamentário	314.350,3	313.427,8	314.643,5	313.479,4	313.067,8	307.389,0	307.389,0
(-) Float	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7	998,7
Subsídios, Subvenções e Proagro	16.535,9	15.340,4	18.275,9	17.720,8	18.200,6	16.086,6	16.086,6
Orçamentário	16.969,7	15.774,2	18.437,6	18.072,6	17.520,7	16.589,6	16.589,6
(-) Float	433,8	433,8	161,8	351,8	-679,9	503,0	503,0
Demais	1.063.453,6	1.065.509,8	1.028.185,9	1.026.267,2	1.023.265,0	1.046.194,6	1.046.362,8
Demais Operações que afetam o resultado primário	13.711,5	13.711,5	15.468,2	15.067,4	14.303,9	15.955,6	15.944,6
Fabricação de cédulas e moedas	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8	950,8
Subsídios aos fundos constitucionais	8.113,4	8.113,4	9.159,7	8.612,7	8.796,0	9.495,9	9.484,9
Operações Net Lending	2.142,3	2.142,3	2.099,2	2.099,2	1.077,3	2.099,2	2.099,2
Impacto primário das operações do FIES	2.505,1	2.505,1	3.258,5	3.404,7	3.479,8	3.409,7	3.409,7
<b>IV. LIMITE EC 95 [ 2018 x 1,0439 ]</b>	<b>1.407.052,6</b>	<b>1.407.052,6</b>	<b>1.407.052,6</b>	<b>1.407.052,6</b>	<b>1.407.052,6</b>	<b>1.407.052,6</b>	<b>1.407.052,6</b>
<b>V. ESTIMATIVA ANUAL DE EXCESSO ( + ) / NECESSIDADE DE AJUSTE ( - ) CONFORME AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE QUE TRATA ART. 9º DA LRF [ IV - III ]</b>	<b>0,0</b>	<b>61,8</b>	<b>31.477,8</b>	<b>35.516,5</b>	<b>39.214,1</b>	<b>22.425,6</b>	<b>22.268,4</b>

63. Com base nas atualizações constantes neste Relatório, conclui-se que a projeção atual das despesas primárias sujeitas ao NRF está R\$ 22.268,4 milhões abaixo do teto de gastos. Importante mencionar que a execução orçamentária e financeira do exercício deve se compatibilizar com as restrições impostas pela regra do resultado primário, conforme disposto no art. 9º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Anexo de Metas Fiscais da LDO, e pela “regra do teto da despesa” constante do art. 107 do ADCT, incluído pela EC 95.

64. Conforme demonstrado neste Relatório, uma eventual margem na regra do resultado primário, oriunda do aumento de realizações ou reestimativas das receitas, poderá não implicar necessariamente a expansão dos limites de execução das despesas primárias, uma vez que o total está limitado ao valor de R\$ 1.407.052,6 milhões pela “regra do teto da despesa”, ressalvados os § 6º e § 11 do art. 107 do ADCT.

## ANEXO VI - Histórico das Avaliações\*

R\$ milhões

Discriminação	PLOA-2019	LOA 2019	Avaliação 1º Bimestre	Avaliação 2º Bimestre
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.574.861</b>	<b>1.574.861</b>	<b>1.545.121</b>	<b>1.545.832</b>
<b>I.1. Receita Administrada pela RFB (exceto RGPS)</b>	<b>961.808</b>	<b>961.808</b>	<b>950.648</b>	<b>945.238</b>
I.1.1. Imposto de Importação	47.057	47.057	41.391	43.376
I.1.2. IPI	62.208	62.208	56.248	54.352
I.1.3. Imposto sobre a Renda	375.708	375.708	386.749	394.960
I.1.4. IOF	39.719	39.719	39.145	39.809
I.1.5. COFINS	265.461	265.461	256.455	245.299
I.1.6. PIS/PASEP	71.251	71.251	68.720	67.308
I.1.7. CSLL	75.181	75.181	77.624	76.797
I.1.8. CIDE - Combustíveis	2.838	2.838	2.714	2.665
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.384	22.384	21.604	20.671
<b>I.2. Incentivos Fiscais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-49</b>
<b>I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>419.812</b>	<b>419.812</b>	<b>413.082</b>	<b>413.511</b>
I.3.1. Arrecadação Ordinária	409.838	409.838	402.881	402.981
I.3.2. Ressarcimento pela Desoneração da Folha	9.974	9.974	10.201	10.529
<b>I.4. Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>193.240</b>	<b>193.240</b>	<b>181.391</b>	<b>187.133</b>
I.4.1. Concessões e Permissões	15.631	15.631	16.923	17.209
I.4.2. Complemento para o FGTS	5.985	5.985	5.346	5.366
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	14.681	14.681	14.522	14.217
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	21.622	21.622	21.972	21.542
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	73.296	73.296	61.681	65.263
I.4.6. Dividendos e Participações	7.489	7.489	6.720	8.376
I.4.7. Operações com Ativos	1.157	1.157	1.115	1.124
I.4.8. Receita Própria e de Convênios	14.843	14.843	14.837	15.423
I.4.9. Demais Receitas	38.537	38.537	38.276	38.613
<b>II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>275.158</b>	<b>275.158</b>	<b>271.599</b>	<b>275.494</b>
II.1. Cide combustíveis	821	821	780	759
II.2. Exploração de Recursos Naturais	44.665	44.665	38.061	39.703
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.973	12.973	13.183	12.925
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	207.071	207.071	208.742	211.771
II.5. Fundos Constitucionais	8.113	8.113	9.160	8.613
II.6. Demais	1.514	1.514	1.673	1.723
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>1.299.703</b>	<b>1.299.703</b>	<b>1.273.521</b>	<b>1.270.338</b>
<b>IV. DESPESAS</b>	<b>1.438.703</b>	<b>1.438.693</b>	<b>1.412.521</b>	<b>1.409.119</b>
<b>IV.1. Benefícios Previdenciários<sup>(1)</sup></b>	<b>637.852</b>	<b>637.852</b>	<b>631.158</b>	<b>630.158</b>
<b>IV.2. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>325.860</b>	<b>324.937</b>	<b>326.153</b>	<b>325.005</b>
<b>IV.3. Outras Desp. Obrigatórias</b>	<b>222.866</b>	<b>207.030</b>	<b>212.736</b>	<b>213.085</b>
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	59.831	59.831	56.673	56.831
IV.3.2. Anistiados	275	275	275	275
IV.3.3. Auxílio à CDE	0	0	0	0
IV.3.4. Benefícios de Leg. Especial e Indenizações	895	895	900	900
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	60.234	60.234	59.682	59.682
IV.3.6. Complemento para o FGTS	5.985	5.985	5.346	5.366
IV.3.7. Créditos Extraordinários	0	0	6.526	6.715
IV.3.8. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	9.974	9.974	10.201	10.529
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	951	951	951	951
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	15.249	15.249	15.037	14.922
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.635	1.635	1.612	1.612
IV.3.12. Fundos FDA e FDNE	0	0	0	0
IV.3.13. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13.318	13.267	13.153	13.346
IV.3.14. Lei Kandir e FEX	0	0	0	0
IV.3.15. Reserva de Contingência	14.590	0	0	0
IV.3.16. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) <sup>(2)</sup>	17.519	17.519	17.519	17.519
IV.3.17. Subsídios, Subvenções e Proagro	18.678	17.483	20.375	19.820
IV.3.18. Transf. ANA-Receitas Uso Recursos Hídricos	282	282	289	295
IV.3.19. Transferência Multas ANEEL	946	946	938	917
IV.3.20. Impacto Primário do FIES	2.505	2.505	3.258	3.405
IV.3.21. Financiamento de Campanha Eleitoral	0	0	0	0
<b>IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>252.125</b>	<b>268.874</b>	<b>242.475</b>	<b>240.871</b>
IV.4.1. Obrigatórias com Controle de Fluxo	139.495	139.495	142.679	143.241
IV.4.2. Discricionárias	112.630	129.379	99.796	97.630
<b>V. PRIMARIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>-139.000</b>	<b>-138.990</b>	<b>-139.000</b>	<b>-138.781</b>
V.1. Resultado do Tesouro	79.040	79.050	79.076	77.866
V.2. Resultado da Previdência Social	-218.040	-218.040	-218.076	-216.647
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>VII. DISCREPANCIA ESTATISTICA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>VIII. PRIMARIO ABAIXO DA LINHA (V+VI+VII)</b>	<b>-139.000</b>	<b>-138.990</b>	<b>-139.000</b>	<b>-138.781</b>

(1) Inclusive COMPREV, Sentenças Judiciais e Precatórios Previdenciários.

(2) Exclusive Sentenças Judiciais e Precatórios de Pessoal, FRGPS e FNAS.

Fontes: SOF/FAZENDA/ME; STN/FAZENDA/ME

\*Equivale ao Quadro 9 da LOA 2019.



R\$ milhões			
Discriminação	Avaliação 3º Bimestre	Avaliação 4º Bimestre	Avaliação Extemporânea de Outubro
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.540.536</b>	<b>1.547.470</b>	<b>1.607.173</b>
<b>I.1. Receita Administrada pela RFB (exceto RGPS)</b>	<b>939.286</b>	<b>947.568</b>	<b>945.736</b>
I.1.1. Imposto de Importação	42.602	42.914	42.946
I.1.2. IPI	54.225	53.250	53.631
I.1.3. Imposto sobre a Renda	393.015	394.966	393.956
I.1.4. IOF	39.307	39.591	39.966
I.1.5. COFINS	239.554	241.562	240.632
I.1.6. PIS/PASEP	66.285	66.281	65.939
I.1.7. CSLL	79.156	82.487	81.833
I.1.8. CIDE - Combustíveis	2.652	2.861	2.851
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	22.490	23.656	23.982
<b>I.2. Incentivos Fiscais</b>	<b>-49</b>	<b>-49</b>	<b>-49</b>
<b>I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>414.988</b>	<b>412.927</b>	<b>413.075</b>
I.3.1. Arrecadação Ordinária	404.602	402.522	402.670
I.3.2. Ressarcimento pela Desoneração da Folha	10.387	10.405	10.405
<b>I.4. Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>186.310</b>	<b>187.024</b>	<b>248.410</b>
I.4.1. Concessões e Permissões	17.067	8.716	70.102
I.4.2. Complemento para o FGTS	5.322	5.298	5.298
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	14.125	14.072	14.072
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	21.775	21.742	21.742
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	66.369	65.236	65.236
I.4.6. Dividendos e Participações	8.449	16.052	16.052
I.4.7. Operações com Ativos	1.129	1.137	1.137
I.4.8. Receita Própria e de Convênios	15.462	15.389	15.389
I.4.9. Demais Receitas	36.612	39.382	39.382
<b>II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>276.155</b>	<b>276.630</b>	<b>276.426</b>
II.1. Cide combustíveis	762	815	821
II.2. Exploração de Recursos Naturais	40.890	40.199	40.199
II.3. Contribuição do Salário Educação	13.065	13.045	13.045
II.4. FPE/FPM/PII-EE	210.909	211.327	211.076
II.5. Fundos Constitucionais	8.796	9.496	9.485
II.6. Demais	1.732	1.748	1.801
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>1.264.381</b>	<b>1.270.840</b>	<b>1.330.746</b>
<b>IV. DESPESAS</b>	<b>1.403.381</b>	<b>1.409.840</b>	<b>1.410.008</b>
<b>IV.1. Benefícios Previdenciários</b>	<b>630.860</b>	<b>630.960</b>	<b>630.960</b>
<b>IV.2. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>324.594</b>	<b>318.801</b>	<b>318.801</b>
<b>IV.3. Outras Desp. Obrigatórias</b>	<b>209.312</b>	<b>208.321</b>	<b>208.329</b>
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	56.831	56.831	56.831
IV.3.2. Anistiados	275	275	275
IV.3.3. Auxílio à CDE	0	0	0
IV.3.4. Benefícios de Leg. Especial e Indenizações	900	900	900
IV.3.5. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	59.888	59.888	59.888
IV.3.6. Complemento para o FGTS	5.322	5.298	5.298
IV.3.7. Créditos Extraordinários	4.857	4.824	4.824
IV.3.8. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	10.387	10.405	10.405
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	951	951	951
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	14.922	14.922	14.922
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.612	1.727	1.727
IV.3.12. Fundos FDA e FDNE	0	0	0
IV.3.13. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	13.331	13.425	13.425
IV.3.14. Lei Kandir e FEX	0	0	0
IV.3.15. Reserva de Contingência	0	0	0
IV.3.16. Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	16.054	16.063	16.072
IV.3.17. Subsídios, Subvenções e Proagro	19.278	18.186	18.186
IV.3.18. Transf. ANA-Receitas Uso Recursos Hídricos	294	286	286
IV.3.19. Transferência Multas ANEEL	930	930	930
IV.3.20. Impacto Primário do FIES	3.480	3.410	3.410
IV.3.21. Financiamento de Campanha Eleitoral	0	0	0
<b>IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>238.616</b>	<b>251.758</b>	<b>251.918</b>
IV.4.1. Obrigatórias com Controle de Fluxo	143.238	144.004	144.164
IV.4.2. Discricionárias	95.378	107.754	107.754
<b>V. PRIMARIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>-139.000</b>	<b>-139.000</b>	<b>-79.262</b>
V.1. Resultado do Tesouro	76.872	79.032	138.623
V.2. Resultado da Previdência Social	-215.872	-218.032	-217.885
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>VIII. PRIMARIO ABAIXO DA LINHA (V+VI+VII)</b>	<b>-139.000</b>	<b>-139.000</b>	<b>-79.262</b>

(1) Inclusive COMPREV, Sentenças Judiciais e Precatórios Previdenciários.

(2) Exclusive Sentenças Judiciais e Precatórios de Pessoal, FRGPS e FNAS.

Fontes: SOF/FAZENDA/ME; STN/FAZENDA/ME.

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

## ANEXO X – Demonstrativo Despesas Obrigatórias com Subsídios, Subvenções e Proagro

		R\$ milhões			
Ação		LOA 2019 - Orçamentária (a)	Avaliação Extemporânea Orçamentário (b)	Float (c = d-b)	Avaliação Extemporânea Financeiro (d)
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>17.916,5</b>	<b>18.688,8</b>	<b>-503,0</b>	<b>18.185,9</b>
<b>Total Orçamentário e Financeiro</b>		<b>15.774,2</b>	<b>16.589,6</b>	<b>-420,0</b>	<b>16.169,5</b>
009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) - REVITALIZA	6,1	6,1	-0,5	5,6
00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)	50,0	50,0	0,0	50,0
00GZ	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)	18,0	18,0	0,0	18,0
0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	3.473,6	3.153,6	-447,9	2.705,7
0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)	2.217,5	1.620,5	-393,1	1.227,4
0297	Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995)	60,1	52,1	0,0	52,1
0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	40,4	40,4	-16,5	24,0
0299	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	382,0	382,0	0,0	382,0
0300	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	630,0	630,0	0,0	630,0
0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	2.308,6	1.766,8	-192,8	1.574,0
0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 9.866, de 1999, nº 10.437, de 2002, e nº 11.775, de 2008) - PESA	2.090,2	1.777,1	0,0	1.777,1
00PL	Subvenção Econômica em Operações Contratadas no âmbito do Programa FAT Giro Rural (Lei nº 11.775, de 2008)	10,0	0,0	0,0	0,0
00EI	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento para a Estocagem de Alcool Combustível e para Renovação e Implantação de Canaviais (Lei nº 11.775, de 2008)	10,6	10,6	4,1	14,7
0267	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)	1.600,0	1.600,0	0,0	1.600,0
0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)	10,0	10,0	-2,9	7,1
000K	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011)	2.226,1	2.717,0	547,3	3.264,2
00P4	Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para empreendimentos localizados em áreas de abrangência da SUDENE ou da SUDAM ou para atendimento de Decisão Judicial (Leis nº 12.844/2013 e nº 13.340/2016)	0,0	1.849,0	96,9	1.945,9
00M3	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)	46,3	46,3	-6,2	40,1
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991) - Proagro	437,2	695,1	0,0	695,1
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - FUNCAFÉ	156,4	156,4	0,0	156,4
002E	Equalização de Juros no Âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS (Lei nº 10.735, de 2003)	1,0	0,0	0,0	0,0
0EC1	Subvenção Econômica nas Operações de Crédito Rural para Empreendimentos Localizados na Área de Abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE ou da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (Leis nº 13.340, de 2016 e nº 13.729, de 2018)	0,1	0,0	0,0	0,0
00RW	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019)	0,0	8,6	-8,6	0,0
<b>Total Net Lending</b>		<b>2.142,3</b>	<b>2.099,2</b>	<b>-82,9</b>	<b>2.016,3</b>